

5 ANOS DEPOIS DO LEHMAN BROTHERS

“Como é que a gente pode aguentar mais se o dinheiro já não chega?”

O Estado recua, mas ainda atenua desigualdade e isso nota-se no quotidiano de uma idosa que vive com uma neta, mas também no de um casal, empregado, com um filho

Reportagem Ana Cristina Pereira

Ester Araújo encolhe-se, no sofá, com uma manta nos joelhos. Nem pensar em ligar o aquecedor. Já se atormenta para pagar as contas de electricidade, ligando-o apenas durante os minutos necessários para tirar a roupa e enfiar-se debaixo do chuveiro. “Eu nunca pensei chegar a isto. Tive sempre uma vida mais ou menos...”

Já viveu melhor com os 625 euros que recebe, juntando a pensão social à pensão de viuvez. A muita idade e as muitas doenças fazem-na andar à volta dos médicos. E, no início de 2012, deixou de estar isenta de taxas moderadoras - só não paga quem integra famílias cujo rendimento seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais, isto é, 628,83 euros. E ela vive com a neta, Bárbara, que recebe 61 euros de pensão de sobrevivência.

“Não sei por que me tiraram a isenção”, diz, numa voz sumida, a antiga costureira, de 77 anos, que se reformou aos 32 por “andar sempre com falta de ar”. São cinco euros de consulta no centro de saúde, 10 no serviço de atendimento permanente, 20 nas urgências hospitalares. Só não paga quando vai saber em que estado anda o seu sangue. Já nem aparece na fisioterapia. “Está complicado, está muito complicado, está mesmo muito complicado.”

A farmácia afigura-lhe outro sorvedouro. Conta cada cêntimo, apesar de morar numa casa da Câmara do Porto. “Como sopa ao

meio-dia e à noite. Ao meio-dia, como uma maçã. Vou vivendo, mas a catraia não pode comer só sopa. Ainda agora lhe dei três euros para almoçar na faculdade.”

De vez em quando, a neta, estudante da Universidade do Porto, dá uma volta pelos centros comerciais à procura de um emprego a meio-tempo. À pensão de sobrevivência só soma o abono - a bolsa de estudo cobre apenas o valor das propinas. Já neste ano, a avó foi à junta de freguesia de Campanhã pedir ajuda para lhe pagar o passe. Já não conseguia, apesar de ter um desconto de 60%. “Tenho vergonha de pedir. Enquanto o meu marido foi vivo, não precisei, enquanto a minha filha foi viva, não precisei...”

Recuando cinco anos, o sociólogo Eduardo Vítor Rodrigues nota “diferenças fundamentais nos sectores estratégicos da Segurança Social: as pensões, a educação e a saúde”. “Corta-se a parte mais relevante do orçamento, sem se medirem as consequências ou efeitos sociais”, avalia o professor da Universidade do Porto. Ao mesmo tempo, criam-se “respostas minimalistas, propagandeadas como grandes medidas, quando são apenas estratégias renovadas de combate à fome, como as cantinas sociais”.

Os dados mais recentes parecem distantes. O último inquérito às condições de vida, divulgado em 2012, referente a 2011, com base nos rendimentos de 2010, indica que, sem transferências sociais, 42,5% da população vivia abaixo do limiar da pobreza. Pagas as pensões, a taxa de risco de pobreza descia para 25,4%. Feitas todas as transferências

sociais, ficava nos 18%.

Sem o apoio do Estado, Ester não sobrevivia, nem a neta, empenhada no estudo de Português. Nem por isso a idosa deixa de se incomodar com a desigualdade. Para a perceber nem precisa de sair dali, do sofá, onde se prostrou desde que a filha morreu, aos 38 anos, deixando-lhe a miúda, agora com 21. “Dizem que a gente aguenta mais. Como é que a gente pode aguentar mais se o dinheiro que a gente tem já não chega?”

“O sistema de Segurança Social é de seguro obrigatório”, ou seja, “é financiado pelas contribuições dos trabalhadores”, lembra Pedro Hespanha, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Quem desconta mais, tem mais protecção - no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice. O princípio, a que alude, está claro na Lei de Bases da Segurança Social: “o sistema previdencial deve ser fundamentalmente autofinanciado, tendo por base uma relação sinalagmática directa entre a obrigação legal de contribuir e o direito às prestações.”

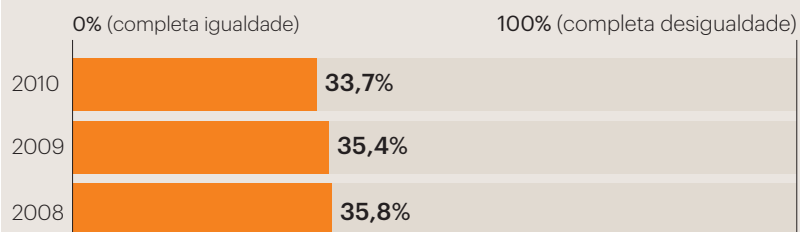
Há muito quem receba pensão sem nunca ter descontado para o regime de protecção social obrigatório ou, pelo menos, sem ter descontado tempo suficiente, como Ester. Foi um modo solidário de resolver o problema de quem já tinha muita idade quando o sistema foi criado e de ir amparando outros, lembra Sérgio Aires, director do Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, referindo um “novo exército” formado por pessoas que vão vivendo de trabalhos

A grande (in)Segurança Social

Os números são claros: a protecção social funciona como um amortecedor. Com pobreza cai de forma acentuada. Com as medidas de austeridade, desde 2010, contributivas, as que fazem uma redistribuição dos rendimentos e que, por essa Portugal é um dos países mais desiguais da Europa.

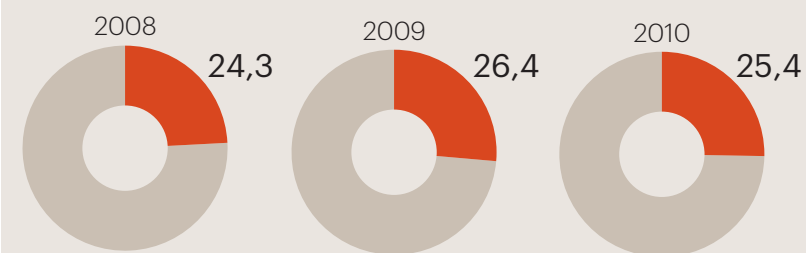
Coefficiente de Gini

Grau de desigualdade social



Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões

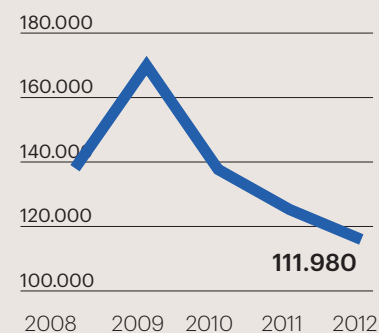
% população activa



Beneficiários de subsídio de desemprego



Famílias com processamento de RSI



Beneficiários de subsídio social de desemprego



Fonte: Instituto da Segurança Social

Portugal é um dos países em que as prestações em dinheiro (excluindo pensões) são mais orientadas para os rendimentos mais baixos

Nuno Alves, Boletim de Inverno do Banco de Portugal

precários e descontando apenas o mínimo.

As prestações sociais não contributivas - como a pensão social de velhice e invalidez, o abono de família, o complemento solidário para idosos ou o rendimento social de inserção - atenuam a desigualdade, sublinha o sociólogo. O seu efeito tem vindo a ser reduzido pelas sucessivas medidas de austeridade num país que já primava por ser um dos mais desiguais.

Houve polémica no final do ano passado. No relatório que elaborou a pedido do Governo, a propósito do corte de quatro mil milhões de euros que se prepara, o Fundo Monetário Internacional sustentou que o sistema, tal como está, favorece as pessoas com mais rendimentos.

“Portugal é um dos países em que as prestações em dinheiro (excluindo pensões) são mais orientadas para os rendimentos mais baixos”, esclareceu Nuno Alves, do Departamento de Estudos do Banco de Portugal, no Boletim de Inverno. O efeito redistributivo dos impostos sobre o rendimento “é superior à média europeia, o que resulta de uma maior progressividade dos impostos sobre o rendimento em Portugal”.

O perito reconhece que o impacto nas prestações sociais pagas em dinheiro na redução da desigualdade é ligeiramente inferior à média da União Europeia. Isto “é usualmente interpretado como revelando não só uma menor eficácia mas também uma menor eficiência”, todavia, “este resultado decorre exclusivamente da dimensão relativamente modesta daquelas prestações”, explicou, no artigo antes citado.

Em Portugal, aquela despesa sempre foi mais baixa, em percentagem do PIB, em comparação com o conjunto da UE. Havia uma convergência europeia que, a partir de 2010, se interrompeu. Alteraram-se fórmulas de cálculo, restringiu-se o acesso, apertou-se o controlo e as exigências feitas aos beneficiários de prestações sociais. E isso, escreveu Nuno Alves, mitiga o impacto redistributivo destas prestações, o combate à desigualdade.

As contas complicam-se na Segurança Social: a poupança

está, de algum modo, a ser contrabalançada pela despesa com subsídios de desemprego. O desemprego não tem parado de crescer desde que a crise se instalou. Segundo o Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística, a taxa era de 7,6% em 2008. Na última sexta-feira, o Eurostat anunciou que o desemprego alcançou um novo recorde de 17,6% em Janeiro.

Há nove anos que a despesa com o subsídio de desemprego não subia tanto como em Janeiro deste ano. O boletim de execução orçamental mostra os movimentos contraditórios dentro do país: caíram as contribuições e quotizações 2,5%, enquanto subiram as despesas com pensões 2,6% e as despesas com os subsídios de desemprego 33,2%. Ao mesmo tempo, o gasto com

rendimento social de inserção desceu 17,2%.

Gil Luz e a mulher, Elisabete, e o filho, Alexandre, parecem estar a passar ao lado disto tudo. Trabalham numa fábrica de cartão e embalagens, a cinco minutos de casa, em Paços de Brandão, freguesia de Santa Maria da Feira. Ele, 40 anos, é director de produção e ela, 38, está a chegar a chefe de turno.

Ele conhece o desemprego. “Estava no princípio da minha vida. Tinha para aí 19 ou 20 anos. Estive cinco meses no fundo de desemprego.” Já namorava com Elisabete. Conheceram-se na escola secundária. Namoraram cinco anos. Casaram-se há 17 anos pelo civil e há dez pela igreja católica - casaram-se no dia em que Alexandre completou um ano e aproveitaram para o baptizar.

Quando se tornou obrigatório apresentar prova de recurso na Segurança Social, Alexandre deixou de ter direito a abono. Aconteceu a muitas famílias - o número de titulares passou de 1.830.479 em 2010 para 1.363.615 em 2011, o que tem implicação directa na acção social escolar.

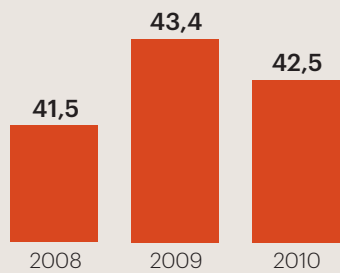
“Recebia onze euros de abono”, recorta Elisabete, no sofá da sala, pronta para sair - aos domingos, almoçam em casa dos pais dela, que moram ali perto, em Cortegaça. “Certamente que não era por aí...”

O apoio financeiro directo desempenha um papel que também é simbólico. De repente, era como se a família tivesse deixado de usufruir de qualquer ajuda do Estado.

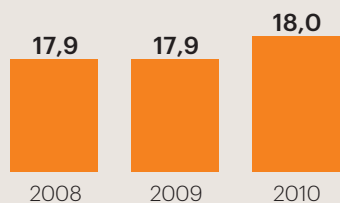
Alexandre frequenta uma escola pública, perto dos avós. →

as transferências sociais, o risco de sofrerem cortes as várias prestações não via, combatem a desigualdade.

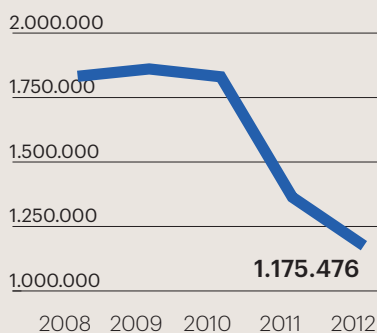
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social
% população total



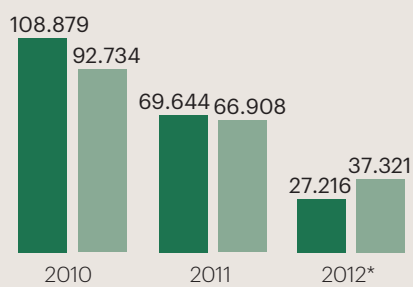
Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais
% população total



Titulares com processamento de abono de família



Subsequente



Conhece um automóvel que ande sem gastar combustível?



Se não conhece um automóvel com tecnologia tão avançada que ande sem consumir combustível, conheça um sistema telefónico sem custos de consumo de tráfego de chamadas. Tenha grandes economias mensais, por fazer chamadas dos telemóveis e telefones fixos, sem custos para as redes fixas e móveis de Portugal e de todo o Mundo. Tudo isto sem encargo com mensalidade de aluguer com a linha. Tenha uma licença gratuita, usando a avançada tecnologia UCoIP-Comunicações Unificadas sobre IP, combinada com RDIS sobre Banda Larga.

A BELTRÔNICA
SISTEMAS DE SISTEMAS TELEFONIAIS UNIFICADOS

Informe-se já:

Serviço de Atendimento a Clientes
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

* Compatível com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

5 ANOS DEPOIS DO LEHMAN BROTHERS

“Gosto. É fixe!”, entusiasma-se. Quatro vezes por semana, tem apoio ao estudo. Três vezes por semana, almoça na cantina - 1,46 euros por sopa, pão, carne ou peixe e sobremesa. Quanto custaria tudo isso? Pelo futebol os pais pagam 30 euros por mês.

Podem fazer outras contas antes de se sentar à frente do bife com batatas fritas que dona Conceição está a preparar. A família usa o Serviço Nacional de Saúde, embora pouco, já que nenhum deles requer cuidados especiais. Uma consulta no pediatra, o único privado da sua lista, custa 60 euros.

Os serviços públicos têm um “importante efeito redistributivo directo e indirecto”, indica o relatório *Divided we Stand*, publicado em Dezembro de 2011 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. E Portugal é um dos países “em que a desigualdade mais diminuiu com o rendimento alargado”, que resulta da prestação desses serviços: a Educação pública representa 11% do rendimento médio de cada família e a Saúde chega a 16%.

Nada preocupa tanto Gil e Elisabete como o filho, o seu bem-estar, o seu futuro. Há pouco, lá na escola, foi atacado por outro miúdo com um X-acto. “Há cada vez menos funcionários a trabalhar”, queixa-se o pai.

Sentem solidez na fábrica. Não sofreram redução salarial, como tantos portugueses. Têm menos dinheiro para gerir por força da inflação, da carga fiscal. Têm agora de pagar 300 euros de Imposto Municipal sobre Imóveis pelo apartamento que compraram com recurso a crédito bancário, como tantas famílias.

“Uma pessoa faz tudo certinho, faz as contribuições todas, e olha para o lado e não é bem assim”, comenta ela. “Se toda a gente pagasse, não faltava dinheiro”, acredita ele.

Cultivam hábitos de poupança. Gil faz um orçamento semanal, a pensar nas despesas de supermercado e de posto de abastecimento de combustível. Sempre que acaba alguma coisa em casa, Elisabete aponta. Leva a lista às compras. À sexta-feira, faz o menu para a semana inteira.

Agora, que a crise alastra e a protecção social recua, têm ainda mais cuidados com os gastos familiares. Alexandre



Gil Luz e a mulher, Elisabete: “Se toda a gente pagasse, não faltava dinheiro”



Alexandre, o filho do casal: ao perderem o abono de família, ficaram sem qualquer apoio directo do Estado

está a viver os desafios próprios da idade, quer ser jogador de futebol, acredita que joga bem como defesa direito, mas até ele já interiorizou o discurso dominante:

PAULO PIMENTA + MIGUEL BAPTISTA E IGOR QUEIROZ (DESENHO)

exemplo, estabelecendo acordos com as Casas do Povo para reforçar as cantinas sociais e a disponibilização de vestuário, de outros bens essenciais, carne de cavalo e de medicamentos fora do prazo.

À margem desta discussão está a *troika* que, no entanto, proporá na sua 8ª avaliação a suspensão do RSI e a sua transformação em programas ocupacionais de limpeza florestal e de distribuição de correio nas zonas do interior onde os CTT já privatizados eliminaram o serviço postal. Essa suspensão pode enfermar de eventual inconstitucionalidade, dizem constitucionalistas ouvidos pelo Público. Fontes próximas do Executivo contestam essa ideia, dizendo que houve uma gralha no Diário da República pois a prestação é “Rendimento Social da (e não de) Inserção”.

Está também prevista a alteração da fórmula das pensões que passam a ser indexadas a um algoritmo de “não renovação geracional”. Procura-se - na opinião dos seus defensores - estimular o “envelhecimento activo” e, assim, contrabalançar o efeito pernicioso do seu contrário, o “rejuvenescimento passivo” resultante do elevado desemprego. Tudo isto, já no contexto definido na última Cimeira Europeia de impor um limite constitucional à despesa pública com pensões.

Também se sabe que o SE da Administração Pública tem pronto o estudo que vai ligar o valor das pensões dos funcionários aposentados ao número de netos, o que significará na prática que quem tem menos de 5 netos verá a sua pensão diminuída (só há renovação geracional quando cada mulher em idade fértil tiver 2,1 filhos, o que medido em netos dá 4,2 netos). Ironicamente, trata-se de uma espécie de cheque-bebé ao contrário...

Há rumores que, face à insuficiente execução fiscal, as Finanças venham a criar um adicional sobre as pensões (o quarto) que agora abrangerá as douradas, prateadas, acobreadas e alatoadas. Será não um menor desconto à colecta, mas uma maior colecta sobre os descontos.

António Bagão Félix
Economista, ex-ministro das Finanças

“O país está a enfrentar uma grande crise. Falta dinheiro. Não se pode gastar dinheiro em coisas desnecessárias. Se se gasta em coisas desnecessárias, o país ainda fica pior.”

Rendimento Social da (e não Rendimento Social de) Inserção

Se perante uma demografia adversa e uma economia dormente, o futuro da Segurança Social continua a discutir-se sem que, todavia, se antevejam soluções concretas.

Continua na ordem do dia a discussão sobre a mudança de nome, na última remodelação governamental, do até então Ministério da Solidariedade e da Segurança Social para Ministério da Santa Casa de Portugal. O primeiro-ministro defende-se acentuando o facto de que, perante o aumento descontrolado do número de pessoas sem emprego e a menor cobertura do subsídio de desemprego, o Governo procura apoiar as pessoas mais vulneráveis e prestar-lhes uma assistência de proximidade, por